

# Processo n.º 2023/04567 – Ação Civil e Penal por Abuso de Menores na Associação Casa da Juventude

## Vara de Família e Menores de Lisboa

**Autor:** João Silva, menor, representado por Maria Silva, residente em Rua das Flores, 45, 1150-123 Lisboa, NIF 123 456 789

**Réus:** Associação Casa da Juventude, Lda., com sede em Avenida da Liberdade, 210, 1250-140 Lisboa, NIF 504 321 987; Carlos Mendes, portador do Cartão de Cidadão n.º 12345678, residente em Rua do Sol, 12, 3000-456 Coimbra

**Mandatários:** Dr. Luís Costa (OAB 12345), Dra. Sofia Almeida (OAB 67890)

**Juiz:** Dr. António Ribeiro, Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa

**Data:** 22 de fevereiro de 2026

---

## DESPACHO JUDICIAL

### Autoriza a realização da escuta da vítima (menor João Silva) e fixa perito e data

Vistos, etc.

#### 1. Fundamentação

1.1. Nos termos do artigo 726.º do Código de Processo Civil (CPC), a prática de atos de instrução que impliquem a oitiva de menores deve observar as salvaguardas necessárias à proteção da sua intimidade e ao seu bem-estar psicológico.

1.2. O requerimento formulado pelos mandatários da parte autora (Dr. Luís Costa e Dra. Sofia Almeida) solicita, com fundamento no artigo 727.º do CPC, a designação de perito psicólogo para a realização da escuta da vítima, bem como a fixação de data e local que assegurem a confidencialidade e a proteção da menor.

1.3. Constatada a existência de indícios suficientes de prática de abuso sexual continuado de menores por parte da Associação Casa da Juventude, Lda., e do seu ex-diretor Carlos Mendes, e considerando a urgência reconhecida nos autos (pedido de tutela de urgência para preservação da prova testemunhal), entendo pertinente autorizar a medida requerida.

#### 2. Decisão

2.1. **Autoriza-se a escuta da menor João Silva**, a realizar-se nas condições previstas neste despacho, nos termos do artigo 727.º, n.º 1, do CPC.

2.2. **Designa-se como perito** o Dr. António Ferreira, licenciado em Psicologia Clínica, inscrito na Ordem dos Psicólogos Portugueses sob o n.º 98765, com domicílio profissional na Rua da Saúde, 23, 1050-210 Lisboa. O perito deverá elaborar relatório pericial completo, contendo a avaliação do estado psicológico da vítima, a credibilidade do testemunho e eventuais indicações de trauma decorrente dos alegados abusos.

2.3. **Fixa-se a data e o local da escuta** conforme a tabela abaixo:

Data	Hora	Local	Observações
15 de março de 2026	10h30	Sala de Entrevistas da Unidade de Proteção de Menores – Centro de Saúde da Misericórdia, Rua da Misericórdia, 12, 1100-150 Lisboa	Presença de assistente social (Sra. Ana Ribeiro, N.º 45678) e de advogado da parte autora.
15 de março de 2026	12h00	Pausa para intervalo e apoio psicológico à vítima	Disponibilização de apoio imediato por psicóloga da Unidade de Proteção de Menores (Dra. Marta Lopes).

#### 2.4. Procedimentos de segurança e confidencialidade

- A menor será acompanhada, durante todo o ato, por sua mãe, Sra. Maria Silva, bem como por um assistente social designado.
- O local da escuta será reservado, vedada a entrada de terceiros não autorizados.
- O áudio e o vídeo da entrevista serão gravados exclusivamente para fins de produção de prova, devendo ser armazenados em suporte criptografado, sob responsabilidade do perito, e só poderão ser divulgados mediante decisão judicial específica.
- O relatório pericial será apresentado em sigilo, nos termos do artigo 71.º, n.º 2, da Lei de Proteção de Dados Pessoais, e só será juntado aos autos mediante requerimento da parte interessada ou por decisão do tribunal.

#### 2.5. Comunicação às partes

- O presente despacho será notificado às partes, bem como ao Ministério Público, que deverá acompanhar a realização da escuta, nos termos do artigo 733.º, n.º 1, do CPC.
- A parte requerida será intimada, por via postal e eletrónica, para que, caso deseje, apresente, no prazo de cinco (5) dias úteis, eventual impugnação à designação do perito ou à data fixada, nos termos do artigo 733.º, n.º 2, do CPC.

#### 3. Custas

As despesas relativas à intervenção do perito e ao apoio psicossocial serão suportadas pelo réu, nos termos do artigo 84.º, n.º 2, do CPC, devendo ser efetuado depósito prévio de € 2 500,00 (dois mil e quinhentos euros) na conta judicial da Vara de Família e Menores de Lisboa, a ser comprovado nos autos.

#### 4. Disposições finais

4.1. Caso surjam circunstâncias que justifiquem a alteração da data ou do local, a parte interessada deverá comunicar, por escrito, ao tribunal, com antecedência mínima de 48 horas.

4.2. O presente despacho produz efeitos imediatos, devendo ser cumprido integralmente pelas partes e pelos auxiliares da justiça.

Assim, **decido** autorizar a escuta da vítima, designar perito e fixar data, nos termos acima expostos.

Lisboa, 22 de fevereiro de 2026

---

**Dr. António Ribeiro**

Juiz da Vara de Família e Menores de Lisboa

---

*Certifico que o presente despacho foi afixado no Boletim de Avisos da Vara e que as partes foram notificadas nos termos legais.*